

RUY FABIANO

Ponto de Vista

25 NOV 1991

O rosto da crise

A crise brasileira, ninguém ignora, deita raízes no passado longínquo e tem caráter estrutural. Subdesenvolvimento, como dizia Nelson Rodrigues, não se improvisa; é fruto de longa e paciente elaboração. E o subdesenvolvimento brasileiro é de uma admirável solidez, graças justamente a esse zelo que lhe tem devotado historicamente os governantes.

Apesar desse caráter estrutural — e, portanto, impessoal —, nada impede que a crise assuma, episodicamente, o perfil do chefe do governo. Em certos casos — é o que ocorre no presidencialismo brasileiro —, é mesmo inevitável. A crise personaliza-se; adquire não apenas perfil, mas pose, sotaque e outros maneirismos. Simples: o presidencialismo concentra tais e tãoas responsabilidades na pessoa do presidente — e hoje já sem dar-lhe a contrapartida dos meios — que dele tudo passa a depender.

Sendo o presidente alguém de caráter centralizador e personalista (como é o caso de Collor), não há como evitar que a crise, com todo o seu estruturalismo e impessoalidade, passe a ter o seu rosto. Daí a afirmação de algumas lideranças expressivas do Congresso — como Mário Covas, do PSDB, ou José Genoíno, do PT —, de que a crise é o próprio presidente. E, nesses termos, só se resolve à sua revelia. O raciocínio é perigoso e acaba fatalmente derivando para a idéia, por enquanto descabida, do **impeachment**.

Esse raciocínio, contudo, já extrapolou o âmbito do Congresso e da própria sociedade brasileira. Está sendo sustentado em fóruns acadêmicos qualificados do Primeiro Mundo, nos quais banqueiros credores e políticos influentes se orientam. Semana passada, em palestra no Instituto de Estudos Latino-Americanos, ligado à Universidade de Londres, o professor Rudiger Dornbush, do Massachusetts Institute of Technology (MIT), um dos mais respeitados economistas internacionais na área de estabilização e estudioso da América Latina — onde sua especialidade é matéria escassíssima —, sustentou essa tese: a crise brasileira é grave não por seus aspectos técnicos, mas porque depende da pessoa do presidente.

Seu raciocínio: sem drásticos ajustes estruturais na economia, o Brasil não sai da crise. E esses drásticos ajustes — o receituário do FMI — dependem de entendimento político para serem pacificamente implementados. E, em política, entendimento significa fazer concessões, compartilhar o poder, algo que o governador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães, chama de governo de coalizão. Aí entra em cena o fator Collor. O presidente não admite compartilhar coisa alguma. Como não tem maioria no Congresso e dele depende para operar as reformas, acaba levando o Governo à paralisia administrativa e ao isolamento político.

Havendo negociação política, diz o professor, a estabilização da economia é simples. Tecnicamente, pode ocorrer em 18 meses — isto é, até o final deste Governo. O "X" do problema, diz ele, é saber quanta catástrofe acontecerá até lá. Por isso, é indispensável a negociação política, se se quer sair pacificamente da crise. Na sua visão, Collor é o obstáculo à solução negociada, que se torna mais penosa e complicada à medida em que o tempo passa.